

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FICHEIRO EPIGRÁFICO

(Suplemento de «Conimbriga»)

226

INSCRIÇÕES 793-795



INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA, ESTUDOS EUROPEUS, ARQUEOLOGIA E ARTES

COIMBRA 2021

ISSN 0870-2004

FICHEIRO EPIGRÁFICO é um suplemento da revista CONIMBRIGA, destinado a divulgar inscrições romanas inéditas de toda a Península Ibérica, que começou a publicar-se em 1982.

Todos os volumes estão disponíveis no endereço http://www.uc.pt/fluc/iarq/documentos_index/ficheiro.

Publica-se em fascículos de 16 páginas, cuja periodicidade depende da frequência com que forem recebidos os textos. As inscrições são numeradas de forma contínua, de modo a facilitar a preparação de índices, que são publicados no termo de cada série de dez fascículos.

Cada «ficha» deverá conter indicação, o mais pormenorizada possível, das condições do achado e do actual paradeiro da peça. Far-se-á uma descrição completa do monumento, a leitura interpretada da inscrição e o respectivo comentário paleográfico. Será bem-vindo um comentário de integração histórico-onomástica, ainda que breve.

José d'Encarnação

Toda a colaboração deve ser dirigida a:
fe.revista@uc.pt

Ficheiro Epigráfico | Instituto de Arqueologia | Palácio de Sub-Ripas
Rua de Sub-Ripas 3000-395 COIMBRA | PORTUGAL

A publicação deste fascículo só foi possível graças ao patrocínio de:



793-795

NOVAS CUPAS DO CONCELHO DE MAFRA

(*Conventus Scallabitanus*)

793

CVPA DO CONCELHO DE MAFRA

Em 2006, entre as pedras depositadas no Museu Municipal Prof. Raul de Almeida, foi identificada por um dos signatários (M. M.) uma base de cruzeiro que mantinha, numa das faces laterais, parte substancial de uma epígrafe funerária de época romana (Miranda *et al.*, 2021, p. 328). Desconhece-se a sua proveniência, sendo, porém, sem dúvida, originária do concelho de Mafra. Foi levada para o Depósito Oficial de Bens Arqueológicos de Mafra, onde actualmente se encontra.

Considerando a volumetria do monumento, a posição da epígrafe e o tamanho relativo dos caracteres, bem como o seu contexto geográfico e datação presumível, parece evidente que se trataria originalmente de uma *cupa*. A própria forma da base de cruzeiro, transversalmente orientada relativamente ao observador, e com o que resta da inscrição romana num dos lados curtos, é atípica – uma vez que era mais habitual na região de Sintra e Mafra, mesmo que com algumas variantes, os cruzeiros de análoga cronologia terem bases de secção horizontal aproximadamente quadrada, com largura semelhante ao comprimento. Parece, assim, revelar a reutilização de um monumento que teria dimensões compatíveis com as actuais

e que terá sido cortado para criar faces planas verticais, uma face plana horizontal superior, e um biselamento. As dimensões actuais desta peça são 30 cm de altura, 33 cm de largura e 60 cm de comprimento. Todas as medidas, incluindo provavelmente o comprimento, foram reduzidas relativamente às originais aquando da adaptação à nova função. Os caracteres, de cronologia romana, têm cerca de 4,5 cm de altura. As interpunções são triangulares.

A peça é esculpida na lioz quase exclusivamente utilizada nos monumentos funerários romanos do *Municipium Olisiponense*. Da cruz de pedra que dele se projectava já quase nada resta; apenas o arranque, com a diminuta altura de 4 cm. No lado frontal da base está discriminada a data da erecção do cruzeiro, “1690”, dentro de uma cartela rectangular vestigial, que não terá sido mais do que levemente apontada. Na face do lado esquerdo do observador encontra-se o epitáfio romano.

A volumetria põe de parte ter-se tratado de um monumento em forma de ara, e ainda mais de uma estela. O tamanho dedutível do campo epigráfico, bem como a dimensão dos caracteres, afastam a hipótese de cipo prismático. Como se disse, tudo na morfologia do monumento aponta para a tipologia cupiforme.

O epitáfio pode ser reconstituído da seguinte maneira:

G(aius) · IVLIVS · G(aii) [F(ilius)] / G[Â]L(eria tribu) ·
PATE[R]NV[S] / H(ic) S(itus) E(st)

“*Gaius Iulius Paternus*, filho de *Gaius*, inscrito na tribo *Galeria*, está aqui sepultado.”

Uma vez que subsiste uma parte do G de *Galeria* imediata ao L, decerto estamos na presença de uma inclusão, com um A reduzido inserido no interior do G – embora já não restem vestígios dessa letra, devido ao corte e ao posterior desgaste da pedra. Trata-se de uma inclusão específica de que temos diversos exemplos na epigrafia do *Municipium Olisiponense*, inclusive em *cupae*.

A julgar pela paleografia e demais características do texto (em nominativo, com filiação e inscrição na tribo, acompanhado da singela fórmula final) será uma epígrafe datável do séc. I d. C., em tudo similar aos mais comuns epitáfios das *cupae*

do *Municipium* (dos quais nos chegou uma razoável amostra, considerando que se contam actualmente tais epitáfios por várias dezenas).

Temos aqui, pois, mais um exemplar do gentílico *Iulius*, -a, decerto o mais frequente na *Hispania*, cuja popularidade se explicará no âmbito da lealdade política das elites desta região ao primeiro imperador, Augusto, e ao seu divino pai adoptivo, César. O *Municipium Olisiponense* e a capital, *Augusta Emerita*, são, ademais, os locais de maior concentração do gentílico na *Lusitania* (*AALR*, pp. 197-204, mapa 158). Aplicava-se, sem dúvida, tanto a indivíduos de proveniência itálica e seus descendentes como a libertos e indivíduos de origem indígena (Abascal, 1994, p. 30 – que crê mesmo que *Olisipo* e o seu território poderão oferecer o mais expressivo exemplo da abundância deste gentílico na *Hispania*).

Quanto ao *cognomen Paternus*, este é bastante comum na *Hispania* e, sendo perfeitamente latino, parece ter todavia uma ligação, em certos casos, ao mundo indígena, como os *cognomina* de parentesco em geral (Abascal, 1984, pp. 219-220; Kajanto, 1982, pp. 18, 80; Untermann, 1965, pp. 142-143 e mapa 59). Apesar da sua popularidade, cremos ser esta a primeira ocorrência do *cognomen* no *Municipium Olisiponense* (*uide*, porém, o parágrafo seguinte), cujas *cupae*, aliás, apresentam, a propósito, um reduzido número de nomes indígenas ou mais estreitamente relacionáveis com o mundo indígena.

Tratando-se de um gentílico e de um *cognomen* tão comuns na onomástica da *Hispania*, existem, naturalmente, outros exemplos de confluência. Não tanto, porém, na *Lusitania*, onde o *AALR* refere apenas uma *Iulia Paterna* em Beja (*CIL* II, 60; *IRCP* 263) e outra em Santarém (*EO* 144c), ambas em inscrições actualmente desaparecidas. A de Santarém seria um monumento funerário em forma de ara dedicado por *Iulia Paterna* à sua filha, identificada de forma pouco habitual como *IVL(iae) MARC(i) F(iliae)*, e de quem a mãe explicita, em dativo, *Olisiponensi*.



1



2



3

793

CVPA DE SANTO ISIDORO, MAFRA

Tendo um dos signatários (C. M. C.) identificado uma *cupa* reutilizada como pé de mesa junto a um caminho, dirigiu-se (juntamente com o signatário R. C.) para o local no dia 19 de Março de 2021 com o objectivo de mais aprofundadamente estudar e registar o monumento. O dito caminho atravessa a Quinta dos Mogos, uma propriedade próxima de Santo Isidoro, Mafra, pertencente ao Sr. Óscar Cardoso que, juntamente com a sua mulher, responderam às perguntas que lhes foram colocadas com grande simpatia e solicitude. Foi assim possível apurar que a *cupa* (que tinha claramente sido adaptada para peso de lagar, como acontece com alguma frequência) havia sido levada para aquele local específico, para servir o seu novo propósito, a partir do lagar do casal, ali muito próximo, e que aliás o Sr. Cardoso atenciosamente nos mostrou. Trata-se este de um antigo lagar de vara, sendo assim provável que a *cupa* tenha sido transformada em peso precisamente para aquele equipamento, há mais de um século, sendo que o Sr. Cardoso prestou a informação de que a sua família é proprietária do casal desde o séc. XIX.

O monumento tem como medidas aproximadas 62 cm de altura, 56 cm de largura, e 93 cm de comprimento. Esta última encontra-se alterada relativamente à original, uma vez que a extremidade oposta à epigrafada foi cortada, eliminando uma extensão presumível de cerca de 30 cm, levando em consideração as habituais proporções deste tipo de monumento. A moldura lateral tem altura de cerca de 20 cm. Na face inferior apresenta-se relativamente bem conservada a moldura perimetral que serviria para encaixe no bloco inferior correspondente. Os caracteres têm entre 5,5 e 6 cm de altura.

A presença deste monumento não é surpreendente, uma vez que até aqui se estende a denominada Zona Oeste do *Municipium Olisiponense* (Cardim Ribeiro, 1982-83, pp. 156-160) e, igualmente, a grande mancha de dispersão desta tipologia funerária de monumentos romanos de pedra (Campos, 2019, pp. 104, 106) – tipologia esta que é por certo a mais numerosa nos *agri* do *Municipium* –, centrada na aldeia do Faião, a cerca de 13 quilómetros de distância em linha recta. Conhecem-se nas proximidades outros exemplares de *cupae*, nomeadamente uma na Picanceira, também ora objecto de publicação (e já referida em Miranda *et al.*, 2021, pp. 312, 330, como a presente),

e outra em Paço d'Ilhas (Matias, 2005, pp. 95-97).

Regressámos dia 27 seguinte e retirámos cuidadosamente o tampo de mesa que tinha sido fracamente cimentado à *cupa*. Felizmente, foi mais fácil remover a argamassa – sem quaisquer danos para o monumento – do que havíamos receado. Sabíamos que a inscrição tinha sido afectada pela adaptação a peso de lagar porque já anteriormente o Sr. Cardoso nos tinha dito que existiam letras na zona de ligação ao tampo. Assim o verificámos, constatando que a inscrição, apesar do acentuado desgaste do tempo, se mantinha em grande medida legível.

Trata-se de um epitáfio simples e bastante típico neste horizonte geográfico e temporal (sendo datável do séc. I d. C.), reconstituível da seguinte maneira:

[I]VLIA · L(*ucii*) · F(*ilia*) · AΥ[I]/[T]A AN(*orum*) XX / H(*ic*)
[S(*ita*) E(*st*)]

“*Iulia Auita*, filha de *Lucius*, com vinte anos de idade, está aqui sepultada.”

Do H da linha final resta apenas a parte superior da haste esquerda; tudo o mais foi destruído pela adaptação a peso de lagar.

Quanto ao gentílico *Iulius*, -a, veja-se o que dissemos, nestas mesmas páginas, a propósito do epitáfio de *Iulius Paternus*.

O *cognomen*, muito deteriorado, é reconstituível como *Auita* devido à grande popularidade deste antropónimo na onomástica da *Hispania* (Abascal, 1994, p. 31), não havendo muitas outras alternativas considerando o espaço disponível, e sendo estas muito menos prováveis. O *cognomen* *Amoena*, que poderia ser outra hipótese com grande viabilidade estatística dentro do comum panorama onomástico, está afastado simplesmente por não caber no campo epigráfico.

Tal como o gentílico *Iulius*, -a, o *cognomen* *Auitus*, -a, perfeitamente latino, é comum no Império e particularmente popular na *Hispania* (Kajanto 1982, p. 80). Na *Lusitania* é mesmo o mais vulgar (AALR, 410), com uma forte concentração no *Municipium Olisiponense*. É possível que se trate, neste último âmbito geográfico, de um *decknamen*, um nome que poderá ter algum paralelo na antroponímia paleohispânica (Albertos 1964, 227), o que poderia ajudar a explicar a sua popularidade. Por outro lado, existem outras

concentrações significativas da sua ocorrência no Império (*OPEL* I, 233) e na Península Ibérica será um dos *cognomina* mais associados ao gentílico *Iulius*, -a (Abascal, 1994, p. 30). O facto de estarmos na presença de um gentílico e um *cognomen* tão recorrentes leva à existência de diversas ocorrências homónimas; efectivamente, a conjugação do gentílico e do *cognomen* *Iulius Auitus* / *Iulia Auita* é relativamente frequente na *Lusitania*, sobretudo no *Municipium Olisiponense*, em que o *AALR* (pp. 107-110 e mapa 51) conta sete ocorrências de indivíduos chamados *Iulius Auitus* e duas inscrições com o nome *Iulia Auita* (sendo numa delas o nome da dedicante).

Entre estas ocorrências há duas inscrições hoje desaparecidas que referem um duúnviro de *Felicitas Iulia Olisipo*, cerca de 121/122 d. C., chamado *Lucius Iulius Auitus*. Ele e o duúnviro *Marcus Gellius Rutilianus* dedicaram em nome da *Ciuitas* uma das inscrições ao Imperador Adriano (*CIL* II 186 / *EO* 91) e a outra à sua mulher, *Sabina Augusta* (*CIL* II 4992=5221 / *EO* 72).

A estes números acresce uma nova epígrafe descoberta mais recentemente no Castelo de São Jorge, em Lisboa, datável possivelmente de entre as décadas de 20 e 90 do séc. II d. C., numa ara dedicada à Liberdade Augusta por dois duúnviros da cidade, um dos quais se chama *Sextus Iulius Auitus* (Guerra, 2006, pp. 279-282).

Na enunciação da idade existe a particularidade de a paginação apresentar os caracteres “XX” muito afastados um do outro. A leitura com luz rasante parece pôr completamente de parte a existência de qualquer numeral entre os dois.

Apesar do desgaste e da mutilação da inscrição, a leitura aqui apresentada afigura-se assaz segura.

O Sr. Óscar Cardoso teve o muito louvável gesto de doar o monumento à Câmara Municipal de Mafra, havendo sido pouco depois recolhido e levado para o Depósito Oficial de Bens Arqueológicos de Mafra, ficando, assim, salvaguardado para a posteridade enquanto património histórico.



1



2



3

794

CVPA DA QUINTA DOS MACHADOS, PICANCEIRA, MAFRA

Em 2019, no decorrer das prospeções da empreitada das Águas do Tejo e do Atlântico, levadas a cabo pelos signatários C. M. C. e C. D., foi possível identificar, a partir de informações orais, uma *cupa* próxima a uma linha de água da Quinta dos Machados, na Picanceira.

Dirigimo-nos, R. C., C. M. C. e M. M., para o local no dia 26 de Novembro de 2019. O monumento encontra-se tombado no meio do matagal, tendo para aí sido deslocado em data incerta. Como acontece por vezes às *cupae* do *Municipium Olisiponense*, houve uma adaptação para peso de lagar que danificou o campo epigráfico.

As suas dimensões são 54 cm de altura, 54 cm de largura e 110 cm de comprimento. A altura da moldura lateral é de cerca de 10,5 cm. A face inferior apresenta vestígios da moldura perimetral que serviria para encaixe no bloco inferior correspondente. Os caracteres da epígrafe têm cerca de 6 cm de altura.

Conhecem-se nas proximidades outros exemplares de *cupae*, nomeadamente uma em Santo Isidoro, também ora objecto de publicação (e já referida em Miranda *et al.*, 2021, pp. 312, 330, como a presente), e outra em Paço d’Ilhas (Matias, 2005, p. 95-97).

Em 19 de Março de 2021 deslocámo-nos, C. M. C. e R. C., ao local, ao cair da noite, com o objectivo de observar a inscrição com luz rasante e tentar esclarecer algumas dúvidas de leitura. Apesar do desgaste e das mutilações que sofreu a epígrafe, o epitáfio é em grande parte legível. Propõe-se, pois, a seguinte interpretação:

FA[BIA] L(cuii) F(ilia) / [...] / L(ucius) FABIVS M(arci)
F(ilius) · PAP(iria tribu) / FABIANS H(ic) · S(ita) [E(st)] / [PA]
TER · FILIAE

“*Fabia* (...), filha de *Lucius*. *Lucius Fabius Fabianus*, filho de *Marcus*, (inscrito na tribo) *Papiria*. Está aqui sepultada. O pai (fez) à filha.”

Poderia talvez o nome da defunta estar em dativo e ser *Fabiae*, mas não parece haver qualquer vestígio do E final, nem o espaço disponível se afigura ser adequado. A linha onde estaria o seu

cognomen foi totalmente destruída.

O segundo P de PAP(*iria tribu*) está praticamente eliminado, restando apenas a parte inferior da haste vertical. No entanto, os outros dois caracteres são inequívocos, e a posição desta abreviatura entre a filiação e o *cognomen* demonstra tratar-se da inscrição na tribo, que não poderá ser outra que não a *Papiria*. Esta particularidade, que ocorre aqui pela primeira vez no *Municipium Olisiponense*, indicará uma provável origem deste dedicante na zona da actual Mérida ou então no sul extremo da Península Ibérica: a tribo *Papiria* foi designada pelo imperador Augusto como aquela na qual seriam inscritos os cidadãos do território de *Augusta Emerita*, capital da província *Lusitania*, e os do território de *Augusta Firma Astigi*, igualmente colónia, situada na actual Écija, e que foi capital do *Conuentus Astigitanus*, na província *Baetica*.

Tudo leva a crer tratar-se de um epitáfio datável do séc. I d. C.; mesmo assim, é um texto atípico para uma *cupa* do *Municipium Olisiponense*, talvez por envolver indivíduos a este estrangeiros. O verdadeiro problema é a posição de H(ic) · S(ita) [E(st)], que *a priori* pareceria um H(ic) · S(itus) [E(st)] relativo a *Lucius Fabius Fabianus*. As diversas hipóteses alternativas esbarram com a linha final, que demonstra ser este um monumento funerário feito pelo pai à filha. Propõe-se, portanto, que a hipótese de leitura ora apresentada seja a correcta. A anomalia referida não é, na realidade, a única, uma vez que a inscrição mostra diversas particularidades epigráficas, nomeadamente quanto à irregularidade dos espaçamentos entre caracteres; tanto em *Fabius* como em *Fabianus* o I está muito próximo do B que o antecede, parecendo projectar-se com alguma inclinação de baixo para cima, partindo quase em ligação com a curva inferior do B. Também o S de *Fabianus* encosta à parte superior do V que o antecede (não é possível verificar se o mesmo sucederia em *Fabius* devido à destruição parcial das letras). A linha inferior está em módulo menor que as restantes, parecendo ser um acrescento de última hora ao texto.

A concentração de *Fabii Fabiani* numa área específica da *Baetica* é sugestiva. Haley (2003, p. 166) diz que não há uma base sólida para assegurar relação familiar entre eles – um “ramo familiar”, como define Alicia Canto – a não ser por uma homonímia casual; mas a verdade é que são muitos os testemunhos epigráficos a chegar aos nossos dias naquela zona (Haley conta 17 inscrições) e é igualmente notável que estes indivíduos demonstrem, consistentemente, um

elevado nível económico. Se é verdade que a descoberta em Teba, Málaga, de um elaborado pedestal honorífico (HEp 6, 1996, 652) que um *Lucius Fabius Fabianus* dedica a seu filho, *Lucius Fabius Gallus*, demonstra que a utilização do *cognomen* derivado *Fabianus* no seio desta *gens* seria uma tendência e não exactamente um marcador definido de um ramo familiar, não deixa de ser verosímil que todos estes *Fabii Fabiani*, com estatuto social elevado e presença numa zona reduzida, estivessem de facto estreitamente ligados entre si. E parece mesmo haver um caso (CIL II 1356) em que pai e filho partilham efectivamente esse mesmo *nomen gentilicium* e *cognomen*.

Alicia Canto (1978, pp. 303 ssq.) liga a “riqueza estável e prolongada” dos *Fabii Fabiani* às características do local relativamente circunscrito em as suas inscrições surgem, nomeadamente a “depressão bética” no interior da Cordilheira Penibética; faz a interessante sugestão, salvaguardando a sua condição hipotética, de que os *Fabii Fabiani* tenham alicerçado a sua posição financeira privilegiada na exploração das pedreiras de calcário locais, sobretudo as de Antequera, chamando mesmo a atenção para o facto de que várias das epígrafes que chegaram a nós serão sem dúvida bases de estátuas (algumas explicitamente) e outras têm um notável trabalho decorativo – nomeadamente um pedestal honorífico com quatro *erotes* esculpidos (HEp 6, 1996, 652) e outro, ricamente decorado com cordame e motivos vegetais (AE 1974, 384 = AE 1975, 496), possivelmente ligado a um candelabro. Faltam os elementos que permitam confirmar esta conjectura com uma mínima segurança, mas não deixa de ser igualmente interessante e sugestivo que a *cupa* de Mafra apareça inserida, geográfica e tipologicamente, numa mancha de dispersão que se centra inequivocamente na actual aldeia do Faião, onde terá existido – tudo o indica e os dados que o sugerem vão-se acumulando – um povoado provavelmente de tipo *uicus* ligado precisamente à exploração das pedreiras locais (Cardim Ribeiro, 2013, pp. 358-362). Canto relembra que Estrabão (III, 2, 10), referindo-se à *Hispania*, diz que, com excepção das de ouro, quase todas as demais minas (o que incluía a exploração da pedra) estavam nas mãos de particulares¹. E no Faião surgiu mesmo uma

¹ Mesmo que as pedreiras da zona do Faião fossem administradas directamente pela cidade de *Felicitas Iulia Olisipo*, como sugere CARDIM RIBEIRO (2013, pp. 360-361), parece assim muito possível que a sua

ara, pertencente por certo a uma família itálica – ou de origem itálica – de elevada posição social, que foi dedicada, em agradecimento pela saúde de um filho, a uma divindade de origem paleohispânica ligada à mineração: *Ilurbeda* (Campos, 2018).

Finalmente, como mais uma peça deste interessante mosaico, há que referir uma outra *cupa*, identificada em 1993 em Rebanque, Sintra (a cerca de 15 quilómetros da Picanceira), com um epitáfio muito desgastado, mas no qual um dos dois indivíduos sepultados tem, sem dúvida, o nome de *Fabius Fabianus*. Ainda inédita, será esta inscrição em breve publicada.

Quanto à *cupa* da Picanceira, a Câmara Municipal de Mafra encontra-se actualmente a empreender diligências por via a salvaguardar este importante monumento histórico, que se mantém até ao momento descartado no local do achado. O seu transporte para um sítio adequado e o seu correcto posicionamento permitirão uma análise mais apropriada da inscrição e uma mais segura confirmação de detalhes, ora dificultada, e particularmente necessária levando em conta as características algo problemáticas da epígrafe.

RICARDO CAMPOS²

CARLOS MANEIRA E COSTA³

CÁTIA DELICADO⁴

MARTA MIRANDA⁵

exploração fosse levada a cabo recorrendo a membros da elite romana financeiramente ligados a esta actividade.

² Arqueólogo, CEC – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

³ Arqueólogo, Amphora Arqueologia Lda.

⁴ Arqueóloga, UNIARQ – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

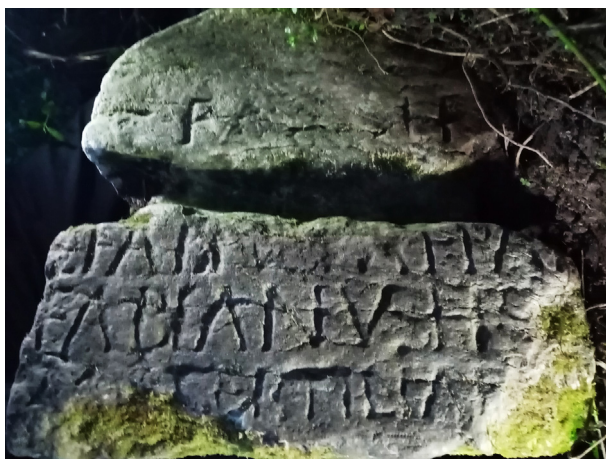
⁵ Arqueóloga da Câmara Municipal de Mafra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AE* = *L'Année Épigraphique*. Paris.
- CIL* II = Hübner, 1869.
- HEp* = *Hispania Epigraphica*. Madrid.
- CAMPOS, R. (2018) – *Ilurbeda: a ara do Faião* (Sintra, Portugal). *Palaeohispanica* 18, pp. 25-40.
- CANTO, A. M. (1978) – Una família bética: los *Fabii Fabiani*. *Habis*, 9, pp. 293-310.
- CARDIM RIBEIRO, J. (2013) – Ptolomeu, *Geogr.* II 5, 6: XPHTINA ou *APHTINA? In PIMENTEL, M. C.; ALBERTO P. F., eds. – *Vir bonus peritissimus aequae: Estudos de homenagem a Arnaldo Espírito Santo*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, p. 343-379.
- HALEY E. W. (2003) – *Baetica Felix – People and Prosperity in Southern Spain from Caesar to Septimius Severus*. Austin: University of Texas Press.
- HÜBNER, E. (1869) – *Corpus Inscriptionum Latinarum*, vol. II: *Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berlim.
- MATIAS, C. (2005) – Epigrafia romana de Mafra. *Boletim Cultural* 2004. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, pp. 73-131.
- MIRANDA, M.; PEREIRA, C.; COSTA, C.; SOUSA, A. C. (2021) – Novos olhares sobre a ocupação romana no município de Mafra. *Boletim Cultural* 2020-2021, 2.^a série, pp. 305-365.



1



2

795